



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco				
Título:	Reunião Ordinária N. 53				
Local:	Brasília - MAPA				
Data da reunião:	07/12/2016	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

1.	9h00 - Abertura - Airton Artus - Presidente
2.	9h05 - Informações da Secretaria da Câmara a) Apreciação da ata da 52ª Reunião Ordinária b) Calendário de reuniões de 2017- Proposta c) Membros Infrequentes
3.	09h20 - COP 7
4.	10h20 - Terceirização da mão-de-obra: diarista rural
5.	10h50 - Balanço de 2016 e Perspectivas para o setor em 2017
6.	11h20 - Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e a Falsificação - principais ações desenvolvidas em 2016 e projeção para 2017 (A confirmar)
7.	11h50 - Frente Parlamentar em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria - principais ações desenvolvidas em 2016 e projeção para 2017 (A confirmar).
8.	12h20 - Agenda Estratégica da Câmara 2017-2021
9.	12h50 - Assuntos Gerais
10.	13h00 - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	AIRTON ARTUS	AMVARP	PR	
2	CLECIO HALMENSCHLAGER	AMVARP	PR	
3	MARCONI LOPES DE ALBUQUERQUE		PR	
4	DIEGO SILVA DE SOUSA	ACST/MAPA	PR	
5	CARLOS FERNANDO COSTA GALANT	ABIFUMO	PR	
6	DALVI SOARES DE FREITAS	AMPROTABACO	PR	
7	JONAS ISMAEL JOCHIMS	CNA	PR	
8	MARCOS AUGUSTO DE JESUS SOUZA	COOPERSAC	PR	
9	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	
10	IRO SCHÜNKE	SINDITABACO	PR	
11	SÉRGIO FRANCISCO RAUBER	SINDITABACO	PR	
12	ANA CLAUDIA BASÍLIO LIMA DAS MERCÊS	SINDITABACO/BA	PR	
13	MARCO ANTONIO DORNELLES	AFUBRA	PR	
14	FREDERICO MELO	CNA	PR	
15	ROGÉRIO BORGES SIQUEIRA	CNTA	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

16	ALEXANDRE TOSTES	SINDIFUMO/SP	PR	
17	CARLOS HADDAD	SINDIFUMO/SP	PR	
18	FELIPE BREMM	SINDITABACO	PR	
19	EDUARDO JARDIM ALVES	SINDITABACO	PR	
20	CARLOS A SEHN	SINDITABACO	PR	
21	DEISE KANITZ	SINDITABACO	PR	
22	SERGIO PACHEA	STIFA	PR	
23	BARBARA MUNHOS FERRES	VECTOR	PR	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

1. Abertura da reunião - Às nove horas e dezesseis minutos do dia 07 de dezembro de 2016, na sala número 250 do edifício Sede do MAPA, na cidade de Brasília/DF, foi aberta pelo **Presidente da Câmara, Airtton Artus**, a Quinquagésima Terceira Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco. Ele agradeceu a presença de todos, e solicitou que, se possível o colegiado seja objetivo nas deliberações para finalizar o encontro em tempo de organizar a sala para a reunião da Câmara Setorial de Flores, no turno vespertino. Passada a palavra ao **Secretário da Câmara, Marconi Albuquerque**, ele reforçou o agradecimento e as boas vindas do Presidente, e imediatamente passou ao segundo item de pauta. **2. Avisos, encaminhamentos e informações da Presidência e Secretaria da Câmara** - ***Apreciação da ata da 52ª Reunião Ordinária:** A ata da última reunião ordinária, enviada aos membros para conhecimento e contribuições, foi aprovada sem alterações. ***Calendário de reuniões de 2017:** As três datas, propostas para as reuniões de 2017, foram referendadas: 19/04/2017, 16/08/2017, 25/10/2017, todas com realização, prevista, em Brasília/DF. Caso seja necessária a realização de uma quarta reunião, será programada um encontro extraordinário. ***Membros Infrequentes - Deliberação:** o plenário decidiu não excluir nenhuma das entidades (MDIC, e SRI), e insistir para que compareçam e participem da defesa do setor. Com prioridade para cobrança do comparecimento dos representantes da Secretaria de Política Agrícola e Secretaria de Relações Institucionais, SPA e SRI/MAPA, uma vez que, em tese, trabalham no mesmo prédio onde se realizam os encontros, e podem comparecer a pelo menos uma reunião do ano. **3. COP 7 - Iro Schünke**, SINDITABACO, disse que, no geral, o resultado foi satisfatório, apesar de o radicalismo ter surpreendentemente aumentado, e o acesso aos representantes do setor privado extremamente reduzido, controlado e até evitado. O público teve acesso restrito desde o primeiro dia, e a partir do segundo, nem mesmo ao edifício puderam adentrar. A delegação brasileira, diferentemente de outras edições, sequer pode ser contatada pelos representantes da Cadeia que foram à Nova Délhi. A comissão de representantes das entidades conseguiu ter dois encontros com o grupo da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco CONICQ, juntamente com o Embaixador Brasileiro na Índia, na própria embaixada. Destacou, novamente, o apoio do embaixador, que foi muito importante para o acesso as discussões. Os principais itens, que preocupavam de sobremaneira o setor, como o de “comércio internacional” (no qual a OMS pretendia adentrar), e “redução de nicotina”, não evoluíram, o que trouxe certa satisfação. Os artigos 17 e 18, referentes à diversificação, foram mais discutidos do que se antecipava. Em sua opinião surpreendeu a declaração da Chefe do Secretariado da Convenção Quadro da OMS no Brasil, Vera Luiza da Costa e Silva, se dizendo representar os produtores a partir. Ele destacou o posicionamento ideológico da COP, que a priori foi criada com foco na promoção e atenção à saúde, mas que demonstra, claramente, oposição à indústria do tabaco, puramente e simplesmente. A participação do setor foi muito dificultada,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

o que aponta a necessidade de, previamente, começar a se organizar com foco na COP8. Finalizando ele chamou a atenção que o Brasil levou, em sua delegação, poucos representantes ministeriais que não do Ministério da Saúde, ao evento: de 3 a 4. **Carlos Galant**, ABIFUMO, disse que a diversificação ficou recomendada assim: que os países destinem mais recursos para este fim, e que países que já não produzem tabaco não poderão começar a produzir. Ele pediu que os representantes reflitam sobre os possíveis efeitos dessa recomendação, no mercado e na cadeia. Em seguida pontuou a grande influência negativa da ONG Aliança de Controle do Tabagismo ACT, cuja coordenada se posiciona e fala como Governo. Em sua opinião a participação brasileira foi deficitária, não representando os diversos posicionamentos de ministério (como o Ministério do Trabalho, por exemplo), da cadeia e todos os seus elos, direcionando discursos e declarações focados apenas nos aspectos teoricamente ligados à saúde. **Dalvi Freitas**, da AMPROTABACO, disse que os pontos levantados por Iro e Galant confirmam seu posicionamento particular: é necessária a articulação prévia do setor, desde já, buscando o trabalho coordenado e apoio oficial dos ministérios, com vistas à uma participação mais eficaz e equilibrada na próxima COP, e garantir uma melhor participação dos representantes dos produtores na convenção. **Felipe Bremm**, SINDITABACO, comentou a importância dos contatos com os agentes públicos e órgãos nesse período pós COP. Nesse evento teria ficado claro o grande desconhecimento, por parte da CONIQC, do que é o setor produtivo do tabaco. Alguns dados utilizados datam de 1993, e cabe ao próprio setor lutar para mostrar a realidade do perfil da fumicultura. O **Presidente da Câmara** concordou com o comentário de Iro, sobre o resultado geral satisfatório, e sobre o imprescindível apoio do embaixador, e o favor dele no processo de participação do setor produtivo na COP. Comentou a pouca expressividade da delegação, em sua opinião decorrente da precocidade do novo Governo, cujos ministros ainda estão se inteirando dos assuntos. Ele defendeu a devida implementação da diversificação, para proteger as economias dos municípios, principalmente aqueles cujo orçamento depende, em grande parte, da produção do tabaco. Ele leu, então, carta enviada, e trata do senhor Sávio, criticando seu desempenho. Em sua opinião alguns pontos dos textos não atendem a verdade, e, em outros, trata como inverdades dados e informações que na verdade procedem. **Carlos Galant** defendeu o trabalho de Sávio, e sugeriu que seja dada ciência ao Ministro do bom desempenho dele. Foi proposta emissão de ofício/carta à Casa Civil, com cópia ao Ministro Blairo, elogiando o trabalho do embaixador nas tratativas na Índia, e apresentando as incongruências da representação ministerial brasileira, vistas na COP. **Marcos Souza**, COOPERSAC, defendeu que o Ministro seja subsidiado, firmemente, com o entendimento do setor. Pois, apesar dos ministros se posicionarem de determinada forma, em certas discussões, funcionários de segundo escalão, com viés ideológico, conseguem impor seu raciocínio e opinião. Audiência/reunião coordenada pelo deputado Alceu Moreira, e outras entidades do setor. Nessa reunião foi proposta norma de nível nacional para reger o serviço de diarista rural. Havia pouquíssimas entidades representantes dos produtores e/ou indústria. O deputado propôs criação de grupo técnico, que já se reuniu, para trabalhar sobre a proposta. Foi pedida a facilitação da contratação, considerando ainda, a particularidade da colheita do tabaco, que é feita em partes. CNA declarou que compareceu à audiência, e, de fato, poucas eram as entidades patronais, infelizmente. Ele defendeu que as decisões governamentais e legislativas deixem de considerar o trabalhador como incapaz e desconhecedor de seus direitos. **4. Terceirização da mão-de-obra: diarista rural - Frederico Melo**, representante da CNA, fez apresentação sobre a legislação referente a terceirização de mão de obra, e do diarista rural. Dela constaram informações sobre a legislação já existente sobre o tema (**Decreto-lei N° 5.452/43** - Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, **Decreto-Lei N° 1.166/71** - Dispõe sobre enquadramento rural, N° **5.889/73** - Institui normas reguladoras do trabalho rural, N° **8.212/91** - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, N° **8.213/91** - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, **Decreto**



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

3.048/99 - Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências, **IN INSS 77/2015** - Estabelece rotinas para agilizar e uniformizar o reconhecimento de direitos dos segurados e beneficiários da Previdência Social, com observância dos princípios estabelecidos no art. 37 da CF de 1988, **NR 31** - Estabelece os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho); Seguro Especial (art 195/CF 88, Inscrição do Segurado Especial *novidade Lei 12.873/2013 / Lei 8.213/1991 Art.17 e novo conceito Lei 11.718/08); Contrato de Curta Duração; Relação: Trabalhador Rural/ Produtor Rural (Segurado Especial)/ Empregador Rural; Terceirização (Transferência de **parte das atividades de uma empresa para outra**, que passa a funcionar como um terceiro no processo produtivo, entre trabalhador e a empresa principal (intermediação de mão de obra) ou entre o consumidor e a empresa principal Ministro Ives Granda da Silva Martins Filho, presidente do TST); Contrato de Curta Duração; Súmula 331 do TST (I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário - Lei nº 6.019, de 03.01.1974, e III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância - Lei nº 7.102, de 20.06.1983 e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a personalidade e a subordinação direta); e o atual panorama da terceirização no Congresso (PL's sobre terceirização) e STF (Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 713.211, Arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF nº 324), não existem no ordenamento jurídico brasileiro definição de atividade-meio e atividade-fim, apenas entendimentos e jurisprudência, hoje questionada no STF. Em sua opinião a ausência legal sobre a terceirização contribui para a precarização da situação dos trabalhadores. O palestrante seguiu respondendo comentários e questionamentos dos membros e convidados. **Carlos Galant** disse que a Frente Parlamentar da Agricultura está acompanhando o trâmite no Congresso do projeto referente ao trabalho rural, cuja votação tende a ser no início do novo ano. Foi aberta uma comissão para trabalhar a questão específica do trabalho rural. Mencionou que o posicionamento do Ministério Público representa, para o tabaco, o mais problemático, pelas classificações e configurações de vínculo empregatício utilizados pelo MP, a despeito das menores e mais particulares características. Esse seria o grande gargalo. Destacou a importância do envolvimento das entidades nas discussões das comissões do Congresso que discutem o tema. **5.Balanco de 2016 e Perspectivas para o setor em 2017** - **Iro Schunke** pontuou que, no aspecto de exportação - onde o Brasil se destaca nas negociações mundiais -, pesquisa feita em marco, ratificada em agosto, indicou redução entre 6% e 10%, em volume e valor, em relação ao ano anterior. Essa redução repercutirá, também, na oferta de emprego. Os destinos de exportação continuam os mesmos. **Marco Dornelles**, AFUBRA, informou que a estimativa de hectares plantados na região sul está próxima de 298.530, produzindo 674.145 toneladas. A safra está acontecendo de maneira satisfatória, com boas tendências, devido à diminuição de intempéries climáticas. Ele pontuou que, na prática, o contrabando ocupa o segundo lugar na comercialização, comparando com grandes empresas do setor. **Rogério Siqueira**, CNTA, falou sobre a clara diminuição de postos de trabalho, e sobre os cerca de R\$12 milhões mensais, que deixaram de circular pela diminuição de trabalhadores no campo, em sua região. O **Presidente da Câmara** defendeu que a defesa dos produtores de tabaco deve ser encampada, pelo Governo, como questão de Estado, no que tange ao combate ao mercado ilegal. Essa prática criminosa prejudica todos os setores brasileiros: o próprio Governo, os produtores, a indústria, e os consumidores. Os municípios se sentem sem apoios dos outros entes das esferas da federação, no combate ao comércio ilegal. Relatou que os prefeitos têm sido ameaçados, perseguidos, e intimidados de forma grave quando se posicionam contra o contrabando. Há indícios de que traficantes de outros “produtos”, como drogas, estão migrando para o comércio do tabaco



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

devido ao fato das punições brandas, e alta rentabilidade. Outros membros corroboraram a denúncia de perseguição. **Marco Dornelles**, cobrou a publicação de produção de tabaco. **Iro Schunke** disse que essa é uma cobrança já feita anteriormente, e novamente aventou a possibilidade de dados das entidades da Câmara serem utilizados para formação de levantamento oficial, caso o Ministério necessite. Ofertou levantamentos feitos pela SINDITABACO, com fundamentação científica, disponíveis no site da entidade, para publicação no site da Câmara. **Carlos Galant** sugeriu a publicação do anuário na página da Câmara Setorial. Os parlamentares da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e a Falsificação serão, novamente, convidados a comparecer às reuniões da Câmara, para informar e coordenar os trabalhos com os representantes do setor. Enquanto isso os membros continuarão a monitorar e fazer seus contatos individuais com os parlamentares. **6.Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e a Falsificação - principais ações desenvolvidas em 2016 e projeção para 2017** - Tratado em paralelo com o item número 5. **7.Frente Parlamentar em Defesa da Propriedade Intelectual e de Combate à Pirataria - principais ações desenvolvidas em 2016 e projeção para 2017** - Tratado em paralelo com o item número 5. **8.Agenda Estratégica da Câmara 2017-2021** - **Carlos Galant** informou que já existe esboço com diversas metas e ações importantes para a Câmara Setorial. Propõe-se, entre outras medidas, a unicidade da agenda do tabaco, entre a Frente Parlamentar da Agricultura, e a Câmara. Outros temas que figuram na proposta: trabalho rural, COP, exportação do tabaco, escoamento e portos, entre outros. Ele se comprometeu a trazer a minuta da agenda para a primeira reunião de 2017, para apreciação e finalização no Plenário. **Iro Schunke** esclareceu que para que haja avanço é imprescindível trabalhar com pontos focais, com abertura para inclusão de outros assuntos, mas com o esforço direcionado à resolução da questão focal como diretriz principal. O **Secretário da Câmara** concordou com a organização em focos, com prazos e prioridades, além da definição de responsáveis. **9.Encerramento** - Vencida a pauta, o **Presidente da Câmara**, parabenizou a todos pela colaboração e contribuições dos integrantes da Câmara. Reforçou a importância das discussões realizadas no Plenário para a Cadeia Produtiva, e do trabalho em defesa do setor produtivo do tabaco. Agradeceu a presença e, novamente, o apoio do MAPA, e dos membros e convidados nos trabalhos da Câmara, por fim desejou boas festas, esperando vê-los na próxima reunião, em 2017. Encerrou a reunião às onze horas e trinta minutos, e eu, **Diego Silva de Sousa**, Assessor da Câmara, lavrei esta ata, a qual foi revisada pelo **Secretário da Câmara** e, uma vez aprovada, será assinada por todos os que participaram da reunião. As apresentações feitas neste encontro, em power point, se encontram no site da Câmara: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Arquivo	Descrição
---------	-----------